



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 4570/2016 Projeto de Lei: 141/2016  
Data e Hora: 16/06/2016 16:27:33  
Procedência: Marcelão

Inclui o inciso VIII, no § 2º do art. 1º da Lei  
Municipal nº 7.145 de 14 de dezembro de 2007.

U4:



# CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO ESP

Vereador  
**Marcelão**

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2016

Processo: 4570/2016 Projeto de Lei: 141/2016

Data e Hora: 16/06/2016 16:27:33

Procedência: Marcelão

Inclui o inciso VIII, no § 2º do art. 1º da Lei Municipal nº 7.145 de 14 de dezembro de 2007.

Inclui o inciso VIII, no §2º do art.  
1º Lei nº 7145 de 14 de  
dezembro de 2007.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7145, de 14 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º (...)

§1º (...).

§2º (...).

(...)

VIII – ausência de serviço nos casos de licença médica justificada e documentada, desde que em prazo inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 16 de junho de 2016.

  
Marcelo Santos Freitas – Marcelão  
Vereador – PT



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vereador  
**Marcelão**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4570	02	8

**JUSTIFICATIVA**

A proposta de alteração da Lei Municipal 7145 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de prêmio incentivo para os servidores de nosso Município, visa estabelecer uma nova hipótese em que o prazo para contagem do tempo para fins de concessão do benefício. Pela nossa proposta, que ora apresentamos, os servidores e servidoras que se afastarem por motivo de licença médica, devidamente comprovada, não teriam esse tempo descontado.

Busca-se corrigir uma distorção que prejudica aqueles que precisam se ausentar do trabalho em razão de doenças e enfermidades e que acabam sendo penalizados ao perderem o benefício do prêmio-incentivo.

Assim sendo, em razão da relevância da matéria, temos a certeza de que este Projeto de Lei será prontamente aprovado pelos nobres colegas desta Casa.

  
**Marcelo Santos Freitas – Marcelão**  
Vereador – PT



**LEI Nº 7145, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRIC
4570	03	8

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRÊMIO INCENTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA, Capital do Estado do Espírito Santo**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Artigo 1º** Fica instituído o afastamento por 05 (cinco) dias a título de prêmio incentivo, ao servidor que, a partir de seu ingresso, durante o período aquisitivo de 12 (doze) meses, não possuir uma só ausência ao serviço.

**§ 1º** Os 05 (cinco) dias poderão ser gozados seguidamente ou, no máximo, dividido em 2 (dois) períodos.

**§ 2º** Não interrompe o exercício, para os efeitos de concessão do prêmio incentivo, os afastamentos decorrentes de:

I - licença maternidade, paternidade, casamento, falecimento do cônjuge, pais, filhos, irmãos, sogros e avós;

II - licença a servidor acidentado em serviço;

III - convocação para júri, Serviço Militar e outros serviços obrigatórios por Lei;

IV - férias, férias-prêmio e o dia de folga concedido ao servidor por ocasião de seu aniversário;

V - tempo de serviço do servidor colocado à disposição de outros órgãos;

VI - ausência ao serviço por 1 (um) dia para doação de sangue;

VII - tempo de afastamento para pleito a cargo eletivo federal, estadual ou municipal.

**Artigo 2º** Os períodos de prêmio incentivo não gozados só poderão ser acumulados no máximo de 04 (quatro), findo este prazo, o primeiro período ficará prescrito.

**Artigo 3º** O servidor deverá requerer o prêmio incentivo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, através de requerimento, não podendo o mesmo se afastar antes do deferimento da solicitação.

**Parágrafo único** - Será de responsabilidade da Equipe Administrativo-Financeira ou unidade administrativa competente de cada Secretaria, controlar e informar através da frequência o(s) período(s) gozado(s) pelo servidor.

**Artigo 4º** Somente no ato do desligamento do quadro de servidores do Município, o prêmio incentivo poderá ser pago em espécie.

**Artigo 5º** Excetua-se do artigo anterior desta Lei, o servidor do magistério em efetivo exercício da regência de classe no âmbito da Secretaria de Educação, com direito ao prêmio incentivo estabelecido no Art. 1º desta Lei, que poderá convertê-lo em espécie (pecúnia), mediante opção por escrito.

**§ 1º** Os servidores referidos no caput deste artigo deverão optar até 30 de março de cada exercício pelo recebimento em espécie na Secretaria de Educação.

**§ 2º** Após encaminhada a opção pela Secretaria de Educação à Secretaria de Administração, o pagamento em espécie será realizado, automaticamente, considerando a opção do servidor e o período aquisitivo correspondente.

**§ 3º** Os servidores referidos no caput deste artigo que, na data da publicação desta Lei, tiverem períodos de prêmio incentivo acumulados, observado o disposto no artigo 2º desta Lei, deverão optar, através de requerimento, pelo recebimento em espécie, até 30 de março de 2008, especificando



o período aquisitivo.

**§ 4º** Não poderão ser acumulados períodos de prêmio incentivo para recebimento em espécie previsto no artigo 5º desta Lei.

**Artigo 6º** Fica estendido aos servidores regidos pela CLT o prêmio incentivo instituído nesta Lei.

**Artigo 7º** O prêmio incentivo concedido em espécie não será computado para efeito de quaisquer outras vantagens, nem se incorpora ao vencimento ou salário do servidor, inclusive para fins previdenciários.

**Artigo 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria de pessoal de cada Secretaria.

**Artigo 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 10** Ficam revogadas as Leis nº 3.041, de 19 de julho de 1983, nº 3.450, de 16 de janeiro de 1987, nº 4.065, de 29 de junho de 1994 e o Art. 1º da Lei nº 4.395, de 28 de janeiro de 1997.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 14 de dezembro de 2007.

**JOÃO CARLOS COSER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Ref. Proc. 7869853/07

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Vitória.





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESO	FOLHA	RUBRICA
4570	04	4

INCLUIDO NO EXPEDIENTE

Em, 21/6/16

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 21/6/16

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 22/6/16

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 23/6/16

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 27/6/16

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA



AO S.A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Sustenta
- 2) Sustenta
- 3) Deferir do Cons. e finalização de vez
- 4) \_\_\_\_\_

EM 29/6/2016

DIRETOR DEL



**Sullivan Manola**  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Ces 2 Vereador Rogerinho Pinheiro para designar  
relator na Comissão da Justiça

COMISSÃO DE JUSTIÇA


4o. Sr. Vereador Seiz

Emanuel para relatar

Em 06/07/2016

Em 01/07/16

Presidente

 **Kiany Ferreira Damascena Silva**  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



**Rogerinho Pinheiro**  
Vereador - PHS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória

VEREADOR  
**LUIZ EMANUEL**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROCESSO	FC	RUBRICA
4570	05	4

Processo: 4570/2016

Projeto de Lei: 141/2016

Autor: Marcelão

Ementa: Inclui o inciso VIII, no parágrafo 2 do art. 1 da lei 7145 de 14 de dezembro de 2007.

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise visa incluir o inciso VIII, no parágrafo 2 do art. 1 da lei 7145 de 14 de dezembro de 2007.

O projeto foi recebido para emissão de parecer em nosso gabinete no dia 06 de julho de 2016.

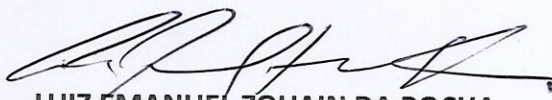
**II – PARECER**

Após análise do Projeto de Lei em questão, concluímos a iniciativa é louvável e não encontrando óbice de inconstitucionalidade, o que nos faz manifestar nosso voto a seguir.

**III – VOTO**

Desta sorte, é que se entende pela **CONSTITUCIONALIDADE** do projeto de lei em apreço.

Palácio Atílio Vivácqua, 10 de outubro de 2016.

  
**LUIZ EMANUEL ZOUAIN DA ROCHA**  
Comissão de Constituição e Justiça - Relator





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4570	06	8

Processo: 4570/2016 - PL 141/2016

**CONCEDIDO VISTA**

Solicitado pelo Vereador Fabício Gandini

Presidente Comissão

É procuradoria para emitir parecer prévio.

03/11/2016



**Fabício Gandini**  
Vereador - PPS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

As Vereador Marimar Ferreira, presidente da Comissão de Justiça, conforme art. 112 do RI, encaminho o presente ao Senhor para análise e deliberação.

Em, 07/11/16

**Kiany Ferreira Damascena Silva**  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

AO SAC,

Encaminho o auto de Procuradoria desta Casa conforme solicitação do sr. Vereador.

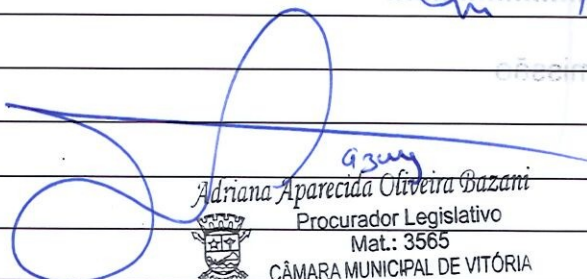
Em, 07/11/2016.



Bo SAC,

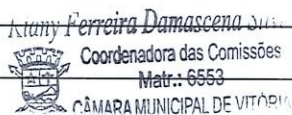
com o parecer em anexo.

Em 18/11/2016

  
Adriana Aparecida Oliveira Bazani  
Procurador Legislativo  
Mat.: 3565  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Co 2 Vereador Fabrício Gardini, para análise e  
providência.

Em 22/11/16.

  
Katany Ferreira Damascena  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	07	<i>[Handwritten signature]</i>

## PARECER JURÍDICO Nº 215/2016

### PROCESSO Nº 4570/2016

Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, Vereador Devanir Ferreira:

**PROJETO DE LEI 141/2016. INCLUI O INCISO VIII, NO § 2º DO ART. 1º DA LEI Nº 7145 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO EM MATÉRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. INADMISSIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO LOCAL PARA DAR IMPULSO INICIAL À PROPOSTA LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. PREVISÕES DOS ARTIGOS 61, § 1º, II, "c" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 63, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E 80, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.**

Esta Douta Procuradoria foi instada a manifestar-se acerca do Projeto de Lei 141/2016 (PROCESSO 4570/2016), de autoria do Vereador Marcelo Santos Freitas, que **inclui o inciso VIII, no § 2º do art. 1º da Lei 7145 de 14 de dezembro de 2007.**

O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, sendo solicitado pelo Vereador Fabrício Gandini a análise desta Procuradoria, deferida conforme despacho às fls. 06 dos presentes autos.

*[Handwritten signature]*





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	08	

Segue abaixo a transcrição, na íntegra, do Projeto de Lei em análise:

### PROJETO DE LEI Nº 141/2016

**Inclui o inciso VIII, no § 2º do art. 1º da Lei nº 7145 de 14 dezembro de 2007.**

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 7145, de 14 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

(...)

VIII – ausência de serviço nos casos de licença médica justificada e documentada, desde que em prazo inferior a 15 (quinze) dias.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em que pesem os elevados propósitos do projeto apresentado, **entendemos que o projeto de lei apresenta vício de iniciativa, sendo, portanto, inconstitucional**, pelos motivos que passamos a expor:

A Constituição da República Federativa do Brasil delimita o poder de iniciativa legislativa ao dispor sobre a competência para iniciativa do processo legislativo em matérias de iniciativa reservada, indicando de forma exclusiva, seus titulares, de forma que, se iniciada por titular diferente do indicado, o ato restará inválido.





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	09	

A usurpação de iniciativa pode ser considerada como vício de origem, vez que a violação da regra de reserva ou exclusividade do direito de iniciativa vicia, de forma irremediável, o ato legislativo, acarretando a nulidade da lei, que resta insanável até mesmo pela sanção e pela promulgação.

Para João Jampaolo Júnior:

*"A capacidade de iniciativa legislativa não pode ser exercida indiferentemente, pois há matérias de iniciativa reservada (privativa) para determinados titulares, de sorte que o ato será inválido quando a iniciativa legislativa for tomada por outro titular, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção e promulgação de quem poderia oferecer o projeto - denomina-se vício de origem."*  
*(JAMPAULO JÚNIOR, João. O Processo Legislativo Municipal, 2ª ed., Editora Fórum, Belo Horizonte, 2009, pág. 83)*

Toda vez que a Constituição da República Federativa do Brasil atribui competência reservada a um órgão ou pessoa, ela está negando a qualquer outro a condição de titular da iniciativa, proibindo a deflagração do processo legislativo por agente diverso do indicado, que não possui competência em razão da matéria para tanto.

Assim, é correto afirmar que nas matérias de competência reservada (iniciativa privativa), o desencadeamento do processo legislativo será permitido para alguns e proibido para outros.





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	10	JA

A inobservância quanto a esta regra posta na Constituição, **que é regra de reprodução obrigatória**, acarretará vício de inconstitucionalidade.

**Ocorre que pertence à competência exclusiva do Poder Executivo a iniciativa (privativa) para legislar sobre servidores públicos.**

Portanto, qualquer projeto de lei que disponha sobre servidores públicos, deve ser iniciado pelo Prefeito, sob pena de vício de inconstitucionalidade, uma vez que compete ao Chefe do Executivo Municipal decidir, com base na oportunidade e conveniência, o momento oportuno para iniciar um projeto de lei que seja de sua competência exclusiva, excetuando-se os casos de competência reservada vinculada.

Estabelece o art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'c' da Constituição Federal de 1988:

**"Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, o Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º** - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

**II** - disponham sobre:

[...]

**c)** servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;"





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	11	

A Constituição Estadual em seu art. 63, parágrafo único, inciso IV estabelece:

**Art. 63.** A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e os cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Constituição.

**Parágrafo único.** São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

**IV-** servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;"

Por fim, a Lei Orgânica Municipal em seu art. 80, parágrafo único, inciso II dispõe:

**Art. 80 ...**

[...]

**Parágrafo Único.** São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

[...]

**II -** servidores públicos do Executivo, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	12	JA

Destarte, caso não sejam observadas as regras de competência para iniciativa do processo legislativo, o ato será considerado como vício de origem, por inconstitucionalidade, em vista de usurpação de iniciativa.

Pelo princípio do paralelismo das formas, ao Prefeito aplica-se o mesmo regramento dispensado ao Presidente da República e aos Governadores.

Dessa forma, verifica-se que, no caso em tela, não pode o Poder Legislativo Municipal dispor sobre servidores públicos municipais, usurpando função do Prefeito Municipal, o que viola frontalmente os artigos 61, § 1º, I, letra c, da Constituição Federal de 1988, 63, parágrafo único, inciso IV da Constituição Estadual do Espírito Santo e 80, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

Acolhendo tese neste sentido, há precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

A Corte Suprema já decidiu, em controle abstrato de constitucionalidade, que a situação funcional de servidores públicos é da iniciativa do Chefe do Poder Executivo, in verbis:

**1) EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 740/2003, do Estado do Amapá. Competência legislativa. Servidor Público. Regime jurídico. Vencimentos. Acréscimo de vantagem pecuniária. Adicional de Desempenho a certa classe de servidores. Inadmissibilidade. Matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo. Usurpação caracterizada. Inconstitucionalidade formal reconhecida. Ofensa ao art. 61, § 1º, II, alínea a, da CF, aplicáveis aos estados. Ação julgada procedente. Precedentes. É inconstitucional a lei que, de iniciativa**





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	13	

parlamentar, conceda ou autorize conceder vantagem pecuniária a certa classe de servidores públicos."

(ADI 3176, Relator (a): Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 30/06/2011, DJe-150 DIVULG 04-08-2011 PUBLIC 05-08-2011 EMENT VOL-02560-01 PP-00026)

**2) EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIÇOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA. PODER EXECUTIVO.**

À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre serviços públicos e organização administrativa do Estado. Agravo regimental a que se nega provimento."

(RE 396970 AgR, Relator (a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 15/09/2009, DJe-191 DIVULG 08-10-2009 PUBLIC 09-10-2009 EMENT VOL-02377-03 PP-00492).

**3) EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VÍCIO DE INICIATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA.**

I - Lei estadual que dispõe sobre a situação funcional de servidores públicos: iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, a e c, CR/88). Princípio da simetria. II - Precedentes do STF. III - Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar 178/99, do Estado de Santa Catarina.

(ADI 2029, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 04/06/2007, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007 DJ 24-08-2007 PP-00022 EMENT VOL-02286-01 PP-00079)





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	14	

No mesmo sentido o entendimento firmado neste Egrégio Tribunal de Justiça:

**1) EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE PREVÊ AUMENTO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. PROPOSTA DA CÂMARA DOS VEREADORES. VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. PREVISÃO CONTIDA NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VALORES PERCEBIDOS PELOS SERVIDORES DE BOA-FÉ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE DECLARA A INCONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS EX NUNC. MODULAÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA E EXCEPCIONAL INTERESSE SOCIAL. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL.**

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 731-A de Alto Rio Novo/ES por vício de iniciativa, uma vez que foi promulgada pela Câmara dos Vereadores.
2. Na hipótese dos autos, a referida lei municipal padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que versa sobre remuneração de servidor público, matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, no caso o Prefeito por força do princípio da simetria.
3. A lei em questão fere previsão contida na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Estadual e na Constituição Federal
4. Imperiosa a modulação dos efeitos da decisão para que sejam prospectivos (ex nunc), sob o fundamento de salvaguardar a segurança jurídica e o excepcional interesse social, uma vez que os valores foram percebidos de bo -fé pelos servidores públicos.
5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente para declarar inconstitucional a Lei Municipal 731-A do Alto Rio Novo/ES, devendo a decisão produzir efeitos somente





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	15	

após a data de publicação do acórdão, em virtude da modulação dos seus efeitos para ex nunc."

(TJES, Classe: Direta de Inconstitucionalidade, 100140032127, Relator : EWERTON SCHWAB PINTO JUNIOR, Órgão julgador: TRIBUNAL PLENO, Data de Julgamento: 11/12/2014, Data da Publicação no Diário: 18/12/2014).

**2) EMENTA - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 15719-38.2014.8.08.0000 - GOZO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. REJEIÇÃO DO VETO DO PREFEITO. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA EM MATÉRIA LEGISLATIVA DE SERVIDORES PÚBLICOS. PRECEDENTES STF E TJES.**

1. A Lei Municipal nº 8.588/2013 possui vício de iniciativa, pois não observou a competência privativa do Chefe do Poder Executivo local para dar impulso inicial à proposta legislativa em matéria de servidores públicos municipais.

2. Vício formal de iniciativa por violação: (i) ao art. 61, §1º, II, 'c', CR/88; (ii) ao art. 63, III e IV da Constituição Estadual; (iii) ao art. 80, I, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

3. Pedido julgado procedente para declarar inconstitucional a Lei Municipal nº 8.588/2013, com efeitos *ex tunc*.

**3) EMENTA - AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0024946-52.2014.8.08.0000. REQUERENTE: PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA. REQUERIDO: CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA. RELATOR: DESEMBARGADOR FABIO CLEM DE OLIVEIRA. EMENTA: REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 2.563 DO MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA - LIMITAÇÃO DE**





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	16	

**QUANTITATIVO DE SERVIDOR MUNICIPAL QUE TERÁ DIREITO À LICENÇA REMUNERADA PARA EXERCER MANDATO EM ASSOCIAÇÃO DE CLASSE OU SINDICAL - VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PREFEITO MUNICIPAL - PRINCÍPIO DO PARALELISMO DAS FORMAS - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.**

1. À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal as leis que versem sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. 2. O Poder Legislativo Municipal, por iniciativa própria, usurpou função do Prefeito Municipal ao dispor sobre servidores públicos municipais, violando frontalmente os artigos 61, § 1º, I, letra "c", da Constituição Federal de 1988, art. 63, parágrafo único, inciso IV da Constituição Estadual do Espírito Santo e art. 39, inciso II da Lei Orgânica Municipal. 3. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 2.563/2014, do Município de João Neiva. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores que integram o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, na conformidade da ata e notas taquigráficas, À UNANIMIDADE, julgar procedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Vitória, 21 de maio de 2015. PRESIDENTE RELATOR

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 141/2016 possui vício de iniciativa, pois não observa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo local para dar impulso inicial à proposta legislativa em matéria de servidores públicos municipais.

Diante do exposto, **opino pela inviabilidade técnica da proposição feita, em especial pelo vício de iniciativa, ou seja, INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** segundo considerações acima descritas, e devolvo à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação para a análise.





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4570	17	

Este é o parecer, S.M.J.

Edifício Attílio Vivácqua, em 18 de novembro de 2016.

*azany*  
**ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA BAZANI**  
**PROCURADOR LEGISLATIVO**







**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

At Del, para arquivo de acordo com o  
art 24. do RI

Em, 24/02/17

*[Handwritten signature]*

ARQUIVE-SE

Em, 03/03/17

Câmara Municipal de Vitória

*[Handwritten signature]*